

... continuação

é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz da variação cambial dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes. As operações de swap não são designadas para hedge accounting, e seus respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado financeiro. Para fins de contabilidade de hedge (hedge accounting), existem as seguintes classificações: • Hedge de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido; • Hedge de fluxo de caixa, ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado; ou • Hedge de investimento líquido em uma unidade operacional estrangeira. No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Quanto ao hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados. O índice de hedge é mensurado pela relação entre o montante contratado de instrumento de hedge e o montante de mercadoria importada efetivamente comprada. Haverá necessidade de rebalanceamento da relação de hedge quando a contratação de instrumentos financeiros derivativos (NDF's) passe a refletir uma relação diferente da inicialmente estipulada na Política de Hedge da Companhia. Hedge de valor justo: A cobertura de valor justo atende aos critérios de qualificação definidos pelo CPC 48. A relação de proteção é contabilizada da seguinte forma: (a) O ganho ou a perda no instrumento de hedge é reconhecido no resultado (ou outros resultados abrangentes), se o instrumento de hedge protege instrumento patrimonial para o qual a entidade escolheu apresentar alterações no valor justo em outros resultados abrangentes. (b) O ganho ou a perda protegido no item protegido é ajustado ao valor contábil do item protegido (se aplicável) e é reconhecido no resultado. Se o item protegido for ativo financeiro (ou componente dele) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o ganho ou a perda protegido no item protegido é reconhecido no resultado. Contudo, se o item protegido for instrumento patrimonial para o qual a entidade escolheu apresentar alterações no valor justo em outros resultados abrangentes, esses valores permanecem em outros resultados abrangentes. Quando o item protegido for compromisso firme não reconhecido (ou componente dele), a alteração acumulada no valor justo do item protegido, subsequentemente à sua designação, é reconhecida como ativo ou passivo com o ganho ou a perda correspondente reconhecida no resultado. Quando o item protegido no hedge de valor justo é um compromisso firme (ou componente dele) para adquirir o ativo ou assumir o passivo, o valor contábil inicial do ativo ou passivo que resulte do atendimento pela entidade do compromisso firme é ajustado para incluir a alteração acumulada no valor justo do item protegido que foi reconhecido no balanço patrimonial. Os ajustes incidentes do item (b) é amortizado no resultado, se o item protegido for instrumento financeiro (ou componente dele) mensurado ao custo amortizado. A amortização pode ter início assim que houver o ajuste e inicia-se quando o item protegido deixa de ser ajustado para ganhos e perdas de hedge. A amortização é baseada na taxa de juros efetiva, recalculada na data em que começa essa amortização. No caso de ativo financeiro (ou componente dele) que seja um item protegido e que seja mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, é aplicada a amortização da mesma forma, mas ao valor que representa o ganho ou a perda acumulada anteriormente reconhecido, em vez de ajustar o valor contábil. Hedge de fluxo de caixa: A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do hedge é reconhecida no resultado financeiro. Quando a estratégia documentada da gestão de risco da Companhia para uma relação de hedge em particular excluir da avaliação da eficácia de hedge um componente específico do ganho ou perda, ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de hedge, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido em conta separada no grupo de outros resultados abrangentes. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de hedge afetar o resultado; por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de hedge for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de hedge for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro. Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado, exercido ou descontinuado sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de hedging), ou se a sua classificação como hedge for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de hedge, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidas no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido. I) **Capital social:** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios estabelecidos conforme definido em Estatuto Social, quando exigíveis, são reconhecidos como passivo. m) **Redução ao valor recuperável — Impairment:** Ativos não financeiros: A Administração revisa pelo menos anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impactos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. n) **Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. o) **Demais ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. p) **Provisão para demandas judiciais:** As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a

obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado de desembolso de caixa futuro, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião das assessorias legais, internas e externas, da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na Nota Explicativa nº 24. q) **Ajustes a valor presente de ativos e passivos:** Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base nas taxas de desconto que refletem as melhores avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos do ativo e do passivo. A Administração efetuou análise dos valores do ativo e do passivo, vis-à-vis os prazos das operações e suas condições contratuais, identificado saldos e transações para os quais o ajuste a valor presente de ativos e passivos seja aplicável e relevante em relação às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2024 e 2023, sendo ajustadas as rubricas “Contas a receber de clientes”, conforme Nota Explicativa nº 8, “Estoques”, conforme Nota Explicativa nº 9, “Outros ativos”, conforme Nota Explicativa nº 13, “Contas a pagar – fornecedores”, conforme Nota Explicativa nº 20, r) **CPC 06 (R2) – Arrendamentos:** A CCAB avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A CCAB reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Empresa reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: • Escritório Comercial: 10 anos • Veículos automotores: 3 anos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Empresa ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Empresa reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Empresa e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Empresa exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Empresa usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Empresa aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. s) **Questões climáticas:** A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos no grupo devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Mesmo que a Companhia acredite que seu modelo de negócios e produtos ainda serão viáveis após a transição para uma economia de baixo carbono, questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras. Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, a Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas. t) **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A CCAB decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **IFRS 17 – Contratos de Seguro:** O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 – Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável); • Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Definição de Estimativas Contábeis – Alterações ao IAS 8:** As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 – políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Divulgação de Políticas Contábeis – Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2:** As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12:** As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais,

como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois – Alterações ao IAS 12:** As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação da jurisdição das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória – cujo uso deve ser divulgado – entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois a Companhia não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano. u) **Novas normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A CCAB pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento):** Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante:** Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: **Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante** • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. **Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7:** Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

	30/06/2024	30/06/2023
Caixa e bancos	41.292	18.273
Aplicações financeiras	–	11.822
	41.292	30.095

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remuneradas a taxa de 80% em 2023 do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

	30/06/2024	30/06/2023
Mercado interno	651.140	222.734
(c) Ajuste a valor presente (a)	(36.247)	(6.149)
(c) Provisão para perdas estimadas	(15.513)	(24.122)
	599.380	192.463
Circulante	549.132	184.280
Não circulante	50.248	8.183

(a) Para cálculo do ajuste a valor presente foi utilizada em 30 de junho de 2024 a taxa de desconto de 13,48% a.a., correspondente ao custo médio ponderado de captações (5,64% em 30 de junho de 2023). Abaixo demonstramos o movimento na provisão para perdas de crédito esperadas sobre contas a receber:

	30/06/2024	30/06/2023
Saldo inicial	(24.122)	(6.191)
Adições	(46.735)	(17.780)
Reversões	55.344	2.849
Saldo final	(15.513)	(24.122)
O vencimento do contas a receber na data base das demonstrações financeiras está demonstrado a seguir:		
	30/06/2024	30/06/2023
À vencer	600.806	194.580
Vencidos:		
Até 30 dias	2.718	4.284
Entre 31 a 60 dias	31.801	12.992
Entre 61 a 90 dias	922	281
Entre 91 a 180 dias	3	298
Acima de 180 dias	14.890	10.299
	651.140	222.734
(c) Ajuste a valor presente	(36.247)	(6.149)
(c) Provisão para perdas estimadas (a)	(15.513)	(24.122)
	599.380	192.463

	<u>Despesas finan- ceiras com mútuo</u>	<u>Variação cambial do mútuo</u>
CCAB Participações Ltda.	-	-
Invivo Group	(18.531)	4.752
Invivo Agrosciences Corporate.	-	-
	(18.531)	4.752
	<u>Despesas finan- ceiras com mútuo</u>	<u>Variação cambial do mútuo</u>
CCAB Participações Ltda.	-	-
Invivo Group	(18.589)	27.712
Invivo Agrosciences Corporate.	-	-
Bioline Latam Participações Eireli.	-	-
DTI Sementes	-	-
	(18.589)	27.712

12. Instrumentos financeiros – a) Classificação contábil e valores justos: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio). A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo ou custo amortizado com vencimentos na Safra seguinte 24/25. *Instrumentos financeiros classificados por categoria*

continua ...

(a) A Companhia adotou em 1º de julho de 2019, as diretrizes do IFRS 9/CPC48 “Instrumentos financeiros”, nova norma que determinou o reconhecimento de provisões para perdas estimadas do contas a receber, a partir de métricas que definem a capacidade de seus clientes em honrar com seus compromissos. A provisão para perda é registrada quando há evidência objetiva de que a CCAB não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Registra-se a provisão para perda estimada no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. A estimativa de perda é reconhecida na Demonstração do Resultado, na rubrica de despesas administrativas.

	30/06/2024	30/06/2023
Produtos acabados	140.757	349.334
Estoques em poder de terceiros	29.698	218
Estoques em trânsito	22.192	3.299
(c) Ajuste a valor presente (a)	(4.710)	(4.254)
(c) Perda estimada para redução ao valor realizável líquido	(50.170)	(3.649)
	137.767	344.948

A movimentação da perda para redução ao valor realizável líquido dos estoques está assim representada:

	30/06/2024	30/06/2023
Saldo inicial	(3.649)	(5.603)
Adições (d)	(48.171)	(3.009)
Reversões (b) (c)	1.650	4.963
Saldo final	(50.170)	(3.649)

(a) Para cálculo do ajuste a valor presente foi utilizada em 30 de junho de 2024 a taxa de desconto de 13,48% a.a., correspondente ao custo médio ponderado de captações (5,64% em 30 de junho de 2023). (b) No período anterior ocorreram reversões de provisões por conta de faturamentos de produtos anteriormente provisionados. A empresa fez campanha promocional que resultou na venda desses produtos. (c) De acordo com o movimento do período anterior, nesta safra a companhia continuou realizando campanha promocional de venda de produto que estavam na base de provisão. (d) Durante o período, a Companhia reconheceu uma provisão para perdas por obsolescência de estoques no montante de R\$ 48 milhões, com o objetivo de ajustar o valor contábil do estoque ao seu valor realizável líquido, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1) – Estoques.

	30/06/2024	30/06/2023
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	5.726	5.794
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	4.262	3.628
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ (a)	12.262	5.498
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL (a)	17.160	8.158
Programa de integração social – PIS	1.912	938
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	7.610	3.268
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	1.834	1.427
Outros créditos tributários	–	249
	50.765	28.960

(a) Os créditos de IRPJ/CSLL de exercícios anteriores referente a subvenção de ICMS advinda do convenio 100/17, foram devidamente recebidos dentro do período de junho/24, sendo contabilizado o valor em caixa de R\$25 milhões, assim como contabilizamos o valor integral dos créditos em um montante de R\$13 milhões a serem recebidos conforme homologação da RFB. Essa segregação dos saldos contabilizados, podemos observar a menção na nota explicativa 15, onde é demonstrado o efeito no resultado. **11. Partes relacionadas** – As transações com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios da Companhia e em condições acordadas entre as partes. Em 30 de junho de 2024 e 2023 não houve a necessidade de constituição de “impairment” (provisão para perdas esperadas de créditos) envolvendo operações com partes relacionadas. **Nota de crédito despesas administrativas**

					Ativo circulante 30/06/2024 30/06/2023
Invivo Group (a)	–	1.010	–	255	1.010
	–	1.010	–	255	–

(a) Valor referente a mútuo na prestação de serviço de TSA (“Technical Service Agreement”) a pagar líquido das despesas anuais a receber do grupo Invivo que compõe a posição net de R\$1.010 em 30 de junho de 2024 (R\$255 em 30 de junho de 2023)

					Passivo 30/06/2024 30/06/2023
	Forne- cedo- res e	Mútuo a	Total	Forne- cedo- res e	Total
CCAB Participações Ltda.	–	1.060	1.060	–	787
Invivo Group (b)	139.522	2.281	141.803	180.310	1.346
	139.522	3.341	142.863	180.310	2.133

(b) O valor de R\$139.522 (R\$ 180.310 em 2023) corresponde a um contrato de Mútuo obtido pela Companhia junto a sua controladora nos anos de 2023 e 2024 remunerados a 8% a.a. A movimentação do mútuo é apresentada no quadro abaixo.

	30/06/2024	30/06/2023
Saldo no início do exercício	180.310	131.287
Captação	199.915	199.207
Pagamento do principal	(278.761)	(124.205)
Pagamento de encargos	(20.434)	(16.856)
Variação cambial	40.689	(27.712)
Encargos incorridos	17.803	18.589
Saldo ao final do exercício	139.522	180.310

Remuneração dos administradores: A remuneração dos administradores referente ao exercício findo em 30 de junho de 2024 totalizou R\$5.969 (R\$3.280 em 2023). Os saldos das transações com partes relacionadas em 30 de junho de 2024 e 2023, que influenciaram o resultado do exercício são os seguintes:

					Resultado 30/06/2024
	Despesas finan- ceiras com mútuo	Variação cambial do mútuo	Honorários de con- sultoria (despesa administrativa)	Receita com venda de Serviços	Outras receitas despesas admi- nistrativas
CCAB Participações Ltda.	–	–	–	–	970
Invivo Group	(18.531)	4.752	–	1.087	(1.596)
Invivo Agrosciences Corporate.	–	–	(5.919)	–	–
	(18.531)	4.752	(5.919)	2.057	(1.596)
	Despesas finan- ceiras com mútuo	Variação cambial do mútuo	Honorários de con- sultoria (despesa administrativa)	Receita com venda de Serviços	Outras receitas despesas admi- nistrativas
CCAB Participações Ltda.	–	–	(767)	–	–
Invivo Group	(18.589)	27.712	–	–	59
Invivo Agrosciences Corporate.	–	–	(2.541)	–	–
Bioline Latam Participações Eireli.	–	–	–	–	94
DTI Sementes	–	–	–	120	(6)
	(18.589)	27.712	(3.308)	120	147

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/08/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



CCAB Agro S.A.

a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação a manutenção de planos de financiamento de dívida. c) Aging passivos futuros: O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, no balanço, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros futuros incidentes nas operações na data de 30 de junho de 2024.

30/06/2024 30/06/2023

Saldo		Depreciação taxa		Apreciação taxa		Saldo		Depreciação taxa		Apreciação taxa	
contábil						contábil					
30/06/2024	Canário I	Canário I	Canário I	Canário I	Canário I	30/06/2023	Canário I	Canário I	Canário I	Canário I	Canário I
		(-50%)	(-25%)	(+50%)	(-25%)			(-50%)	(-25%)	(+50%)	(+25%)
5,5589	2,7795	4,1692	8,3384	6,9486		4,8192	2,4096	3,6144	7,2288	6,024	

[illegible]

São consideradas para esta análise de sensibilidade, apenas as posições atreladas a taxa de juros (CDI), h) Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, conforme descrito acima. A Administração da Companhia mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados com base nos seus controles internos. Para gestão das suas exposições cambiais, a Companhia contrata instrumentos derivativos com o objetivo de hedge (NDFs de dólar norte americano). A tabela abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia. *Demonstrativo das respectivas contrapartes e mercado de negociação ou de registro dos instrumentos:* O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. Como consequência as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações:

					Notional	30/06/2024		30/06/2023	
Tipo de ativo	Indexador/ moeda	Contraparte	Local de registro	Vencimento	Valor de referência	Ganho	Perda	Ganho	Perda
Non deliverable fowards	USD	BNP Paribas	Cetip	05/12/2023	1.300	-	-	-	(248)
Non deliverable fowards	USD	BNP Paribas	Cetip	05/12/2023	4.100	-	-	-	(435)
Non deliverable fowards	USD	BNP Paribas	Cetip	05/12/2023	550	-	-	-	(59)
Non deliverable fowards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	05/07/2023	4.700	-	-	-	(2.219)
Non deliverable fowards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	11/07/2023	600	-	-	-	(328)
Non deliverable fowards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	23/10/2023	10.000	-	-	-	(5.446)
Non deliverable fowards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	29/08/2023	760	-	-	-	(191)
Non deliverable fowards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	05/12/2023	250	-	-	-	(64)
Non deliverable fowards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	12/03/2024	550	-	-	-	(93)
Non deliverable fowards	USD	Banco Fibra	Cetip	11/07/2023	1.300	-	-	-	(615)
Non deliverable fowards	USD	Banco Fibra	Cetip	18/07/2023	900	-	-	-	(493)
Non deliverable fowards	USD	HSBC Bank Brasil	Cetip	10/10/2023	100	-	-	-	(22)
Non deliverable fowards	USD	HSBC Bank Brasil	Cetip	07/11/2023	1.000	-	-	-	(251)
Non deliverable fowards	USD	HSBC Bank Brasil	Cetip	05/12/2023	150	-	-	-	(9)

Tipo de ativo	Indexador/ moeda	Contraparte	Local de registro	Vencimento	Valor de			
					referência	Ganho	Perda	Perda
Non deliverable fowards	USD	HSBC Bank Brasil	Cetip	05/12/2023	700	-	-	(45)
Non deliverable fowards	USD	HSBC Bank Brasil	Cetip	12/12/2023	2.450	-	-	(610)
Non deliverable fowards	USD	Banco Voiter	Cetip	18/07/2023	400	-	-	(135)
Non deliverable fowards	USD	Banco Voiter	Cetip	07/11/2023	600	-	-	(119)
Non deliverable fowards	USD	Banco Voiter	Cetip	05/12/2023	740	-	-	(36)
Non deliverable fowards	USD	Banco Santander	Cetip	03/08/2023	500	-	-	(56)
Non deliverable fowards	USD	Banco Santander	Cetip	03/08/2023	500	-	-	(56)
Non deliverable fowards	USD	Banco Santander	Cetip	14/11/2023	200	-	-	(36)
Non deliverable fowards	USD	Banco Santander	Cetip	05/12/2023	580	-	-	41
Non deliverable fowards	USD	Banco Santander	Cetip	09/12/2023	700	-	-	53
Non deliverable fowards	USD	Banco BMG	Cetip	05/07/2023	3.900	-	-	2.15
Non deliverable fowards	USD	Banco BMG	Cetip	11/07/2023	1.900	-	-	541
Non deliverable fowards	USD	Banco BMG	Cetip	11/07/2023	200	-	-	68
Non deliverable fowards	USD	Banco BMG	Cetip	29/08/2023	800	-	-	238
Non deliverable fowards	USD	Banco BMG	Cetip	05/12/2023	700	-	-	4

Tipo de ativo	Indexador/ moeda	Contraparte	Local de registro	Vencimento	Notória	30/06/2024		30/09/2023	
					Valor de referência	Ganho	Perda	Ganho	Perda
Non deliverable forwards	USD	Banco BMG	Cetip	05/12/2023	4.000	–	–	–	(43)
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Cetip	14/07/2023	200	–	–	65	–
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Cetip	18/07/2023	100	–	–	33	–
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Cetip	25/07/2023	200	–	–	39	–
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Cetip	23/10/2023	1.200	–	–	241	–
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Cetip	25/07/2023	300	–	–	61	–
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Cetip	03/08/2023	1.700	–	–	241	–
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Cetip	03/08/2023	600	–	–	86	–
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Cetip	22/08/2023	300	–	–	82	–
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Cetip	05/09/2023	600	–	–	109	–
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	18/07/2023	3.700	–	–	1.795	–
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	23/10/2023	600	–	–	121	–
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	23/10/2023	1.660	–	–	135	–
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	23/10/2023	3.000	–	–	472	–
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	23/10/2023	4.000	–	–	–	(38)
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	05/12/2023	500	–	–	–	(9)
Non deliverable forwards	USD	HSBC Bank Brasil	Cetip	25/07/2023	1.600	–	–	417	–
Non deliverable forwards	USD	HSBC Bank Brasil	Cetip	05/12/2023	10.000	–	–	–	(57)
Non deliverable forwards	USD	Banco Itau	Cetip	22/08/2023	400	–	–	80	–
Non deliverable forwards	USD	BR Partners	Cetip	22/08/2023	200	–	–	42	–
Non deliverable forwards	USD	Banco Votor	Cetip	05/07/2023	1.000	–	–	355	–
Non deliverable forwards	USD	Banco Votor	Cetip	18/07/2023	1.700	–	–	334	–
Non deliverable forwards	USD	Banco Votor	Cetip	25/07/2023	200	–	–	220	–
Non deliverable forwards	USD	Banco Votor	Cetip	05/12/2023	500	–	–	5	–
Non deliverable forwards	USD	Banco Santander	Cetip	18/07/2023	800	–	–	223	–
Non deliverable forwards	USD	Banco Santander	Cetip	12/09/2023	1.300	–	–	–	(36)
Non deliverable forwards	USD	Banco Santander	Cetip	05/12/2023	600	–	–	–	(46)
SWAP	BRL	HSBC Bank Brasil	Cetip	29/09/2023	50.000	–	–	–	(8.337)

Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole Brasil S/A	Cetip	04/06/2024	5.000	1.419	-	-	-
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole Brasil S/A	Cetip	04/06/2024	4.000	207	-	-	-

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



b) Teste de efetividade aos itens de balanço: O teste de efetividade é baseado no ano futuro e permite verificar: os instrumentos de Hedge contratados, protegem a receita de vendas prevista e a receita de vendas orçada é consistente com o giro realizado nos anos anteriores.		30/06/2024		30/06/2023	
13. Outros ativos					
Contas a receber com a venda de ativos		4.875	11.284		
Outras contas a receber		6.467	911		
(i) Ajuste a valor presente		(677)	(850)		
(ii) Provisão para perdas estimadas		(98)	(7)		
		34.865	14.319		
Circulante		32.569	8.399		
Não circulante		2.296	5.920		
					<i>continua ...</i>

14. Ativos mantidos para venda

30/06/202430/06/2023

Máquinas e equipamentos agrícolas

Propriedades agrícolas

3.5003.500

3.5003.630

15. Imposto de renda e contribuição social – O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. A Companhia, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, relativo à estimativa de lucros tributáveis futuros, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social do exercício, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia. A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) é conforme segue:

30/06/202430/06/2023

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Alíquota nominal combinada

Imposto de renda e contribuição social à alíquotas nominais

27.8291.075

Reconhecidos no resultado do exercício corrente

Reconhecidos no patrimônio líquido

Reconhecidos no resultado do exercício corrente

Reconhecidos no patrimônio líquido

30/06/202230/06/202330/06/202230/06/202330/06/202230/06/202330/06/202230/06/2023

Provisão para descontos de pontualidade

Provisão para fretes a pagar

Provisão para comissões a pagar sobre vendas

Provisão para perdas nos estoques

Provisão para armazenagem

Instrumentos financeiros derivativos – não realizados

Ajuste a valor presente

Outras provisões constituídas

Variação cambial não realizada

Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a compensar

Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

Perda por redução do valor recuperável dos intangíveis

Bens de direito de uso

Provisão Contingências Fiscais

70.75718.548

2.12587.180

27.375480

115.035

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final dos eventos. Com base na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros a Companhia prevê recuperar os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social nos seguintes exercícios:

30/06/202430/06/2023

2023/2024

2024/2025

2025/2026

2026/2027

2027/2028

61.58158.480

16. Subvenções governamentais – A Companhia aproveita de subvenções atreladas aos incentivos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) concedido pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), regulamentada pelo Convênio ICMS nº 100/17, convinalizados nos moldes da Lei Complementar nº 160/17. O Convênio nº 100/17 prevê a isenção tributária em operações internas e reduz a cobrança do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na comercialização interestadual de insumos agropecuários. Também reduz a base de cálculo do ICMS em até 30% para fertilizantes e rações e em até 60% para defensivos agrícolas e sementes. O valor do benefício foi utilizado, sendo excluído na apuração do lucro real da Companhia no período de janeiro de 2020

17. Imobilizado

Vida útil

estimada a.a

30/06/2022AdiçõesBaixas

Trans-ferências

30/06/2023AdiçõesBaixas

30/06/2024

Custo

Benefetorias em imóveis de terceiros

Computadores e periféricos

Equipamentos de comunicação

Máquinas e equipamentos

Móveis e utensílios

Veículos

Imobilizado em andamento

Depreciação acumulada

Benefetoria em imóveis de terceiros

Computadores e periféricos

Equipamentos de comunicação

Máquinas e equipamentos

Móveis e utensílios

Veículos

2.552(517)

605(74)

1.192

1.923

1.509

1.871

1.361

18. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento – a) Adoção inicial: A Companhia adotou em 1º de julho de 2019, as diretrizes do IFRS 16/CP06 (R2) – “Arrendamentos”, nova norma determinou que os arrendatários reconhecessem, a partir da data da transição, o direito de uso do ativo arrendado e o passivo dos pagamentos futuros para todos os contratos de arrendamento mercantil ou operações com as mesmas características de um arrendamento, na qual a tenha o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de determinado ativo identificado (específico), a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção. Abordagem de transição: A Administração avaliou os impactos da nova norma e optou pela abordagem retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta em lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, sendo os efeitos apresentados a partir de 01 de julho de 2019. A Companhia aplicou os seguintes expedientes práticos e isenções: (i) Definição de contrato de arrendamento: a Companhia aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 a todos os contratos celebrados vigentes de 1º de julho de 2019 que foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R2)/ IFRS 16. (ii) Contratos cujo o prazo remanescente na data da adoção era igual ou inferior a 12 meses: Conforme item 5 (a) CPC06 (R2) a Companhia continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento. (iii) Contratos para os quais os ativos subjacentes eram de baixo valor: Conforme item 5 (b) CPC06 (R2) a Companhia continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do

(iv) Aplicação uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente). Os principais efeitos decorrem do reconhecimento do contrato de aluguel do prédio onde encontra-se a sede da Companhia, com prazo de vencimento em junho/2029 e do contrato de aluguel dos veículos com prazo de vencimento em junho/2022 e junho/2025: b) Política contábil e premissas para reconhecimento: O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado do exercício na linha competente a sua natureza “Despesas Administrativas” e “Despesas com Vendas”, assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no “Resultado financeiro”. A depreciação do ativo de direito de uso é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente de cada contrato. A taxa de desconto utilizada para a operação de edifícios foi de 9,00% ao ano, além de 1,48% ao mês para operações que envolvam veículos. As taxas foram obtidas por cotações com base em financiamentos para ativos destas classes. c) Composição e movimentação dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos: Em 30 de Junho de 2024 e 2023, a Companhia possuía 2 contratos de arrendamentos reconhecidos em seu balanço patrimonial.

30/06/2022AdiçõesBaixas

30/06/2023AdiçõesBaixas

30/06/2024

Custo

Edifícios de direito de uso

Veículos de direito de uso

Depreciação acumulada

Edifícios de direito de uso

Veículos de direito de uso

Total do ativo de direito de uso

30/06/2022AdiçõesBaixas

30/06/2023AdiçõesBaixas

30/06/2024

Passivo de arrendamento

Edifícios de direito de uso

Veículos de direito de uso

Total do passivo

Passivo circulante

Passivo não circulante

30/06/2022AdiçõesBaixas

30/06/2023AdiçõesBaixas

30/06/2024

Edifícios de direito de uso

Veículos de direito de uso

Total do passivo

6.9701.028

7.998

1.502

1.502

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

–

...continuação

sua totalidade a efeitos cambiais líquidos de impostos protegidos de acordo com esta política.

27. Receita operacional

– Os valores das receitas de vendas de produtos e serviços encontram-se demonstrados por seus valores de faturamento originais deduzidos dos respectivos cálculos de ajuste a valor presente determinados pelo CPC 12 – Ajuste a valor presente, impostos e devoluções, conforme abaixo demonstrado:

30/06/2024

30/06/2023

Receita bruta de venda de produtos

1.162.564

798.434

Receita bruta de prestação de serviços

–

2.980

Ajuste a valor presente

(83.139)

(30.953)

Impostos incidentes sobre as vendas

(16.071)

(16.547)

Devoluções de venda de produtos

(24.609)

(19.506)

Descontos e abatimentos incondicionais

(3.213)

(406)

1.035.532

734.002

Os pedidos de venda, em sua maioria, são emitidos em dólares e faturados em reais pela P-TAX D-1. A receita de vendas de produtos realizadas pela Companhia são, portanto, atualizadas pelas possíveis variações cambiais. O preço de compra dos produtos vendidos, são negociados em dólares e faturados em reais pela P-TAX D-1. As variações cambiais incorridas entre o momento da compra e o momento da venda dos produtos, impactam o Lucro Bruto contábil da Companhia. A política de Hedge vigente tem a finalidade de neutralizar esse impacto em resultados financeiros.

28. Despesas por natureza

30/06/2024

30/06/2023

Honorários de consultoria, auditoria e advocatícios

(7.047)

(14.937)

Despesas com pessoal e encargos

(20.506)

(24.287)

Comissões sobre vendas e despesas com representantes

(11.179)

(5.675)

Fretes sobre vendas

(27.315)

(12.311)

Despesas de armazenagem

(8.834)

(8.465)

Despesas com viagens

(2.837)

(2.580)

Despesas com cartório

(41)

(254)

Depreciação e amortização

(2.174)

(2.172)

Despesas de aluguel e telefonia

(453)

(418)

Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas

–

(315)

Provisão para perdas estimadas

(13.440)

(14.917)

Outras despesas

(1.068)

(3.973)

(1.067.806)

(659.935)

29. Outras receitas (despesas) operacionais

30/06/2024

30/06/2023

Outras Receitas Operacionais

Ganho na alienação de imobilizado e intangível

80

Ganho na venda de ativo disponível para venda

3

Outras Receitas

16

99

Outras Despesas Operacionais

Custo na venda de ativo disponível para venda

(130)

Custo da baixa de imobilizado e intangível

(3)

Custo na alienação do ativo de direito de uso

(37)

(10)

Reversão (provisão) com restituição

30/06/2024

30/06/2023

–

3.572

Perda estimada para redução ao valor realizável (b)

(46.884)

–

Outras despesas

(381)

(16.362)

(47.435)

(13.174)

Variações Cambiais (a)

30/06/2024

30/06/2023

Variações cambiais ativas

50.287

55.928

Variações cambiais passivas

(65.285)

(42.570)

Marcação a mercado hedge receita

50.327

77.357

Marcação a mercado hedge (despesa)

(37.337)

(91.803)

(2.008)

(908)

(49.344)

(13.254)

Outros resultados operacionais

(49.344)

(908)

(a) A Companhia possui Hedge Accounting implantado, e todos os hedges são designados a um objeto, tanto a variação cambial quanto a marcação a mercado dos hedges são considerados parte da operação (fazem parte do EBITDA), sendo apenas o custo dos hedges contabilizados no resultado financeiro. (b) Durante o período, a Companhia avaliou uma indicação de que o valor contábil dos estoques não era realizável, com isso reconheceu uma provisão sobre perda estimada para redução ao valor realizável conforme CPC 16 (R1) – Estoques.

30. Resultado financeiro

30/06/2024

30/06/2023

Juros de mora

(7.615)

(248)

Juros sobre empréstimos

(20.075)

(23.574)

Juros sobre mútuo

(18.531)

(18.589)

Juros sobre duplicata descontada

(5.574)

(11.469)

Operação de performance

–

–

PIS e COFINS sobre receitas financeiras

(656)

(1.234)

Descontos concedidos

(19.687)

(24.539)

30. Resultado financeiro

30/06/2024

30/06/2023

Ajuste a valor presente – Fornecedores

12.300

Outras despesas

(6.402)

(66.240)

(89.284)

Juros ativos

3.986

Descontos obtidos

–

Ajuste a valor presente – clientes, faturamento e outras contas

53.213

Outras receitas

24.744

81.943

Marcação a mercado hedge (receita)

19.180

Marcação a mercado Hedge (despesa)

(98.501)

(15.935)

(232)

Resultado financeiro líquido

30/06/2024

30/06/2023

31. Eventos subsequentes – Empréstimos para fins de capital de giro

Em 08 de julho de 2024, a Companhia captou recursos junto à INVIVO GROUP no montante de R\$81.793, com taxa de juros pré-fixada compatível com as taxas praticadas no mercado, com o vencimento para 26 de junho de 2025. Em 12 de julho de 2024, a Companhia captou recursos junto à instituição financeira Itaú no montante de R\$37.000, com taxa de juros pré-fixada compatível com as taxas praticadas no mercado, com o vencimento para 07 de julho de 2025.

Diretoria

Eric Charles Seban – Diretor Executivo

Marcos de Moraes Nobre – Diretor Financeiro

Contador

João Victor Viana da Costa – CRC IPR 058.178/0-9 T-SP

Aos Administradores e Quotistas da CCAB Agro Ltda. – São Paulo-SP

Opinião com ressalva:

Examinamos as demonstrações financeiras da CCAB Agro S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva:

Conforme descrito na nota explicativa 16, em 24 de dezembro de 2021 foi publicada a Solução de Consulta nº 1.009 – SRRF01/DEISIT, por meio da qual a Receita Federal estabeleceu o entendimento de que poderá ocorrer a exclusão dos valores de subvenção do ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL desde que tenham sido concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos. Amparada na referida Solução de Consulta, a Companhia apurou o montante de R\$67.463 mil, pagos a maior no período de 2016 a 2019. Entretanto, até 30 de junho de 2023, a Companhia havia registrado apenas os créditos referentes aos anos de 2016 a 2018, no montante de R\$44.730 mil, sendo R\$9.39.264 mil de principal e R\$5.46.466 mil de juros, alegando que contabilização da parcela remanescente será realizada de acordo com a autorização do crédito tributário emitida pela Receita Federal do Brasil (RFB). Contudo, a referida decisão do RFB e a autorização do crédito do processo em andamento de forma favorável, é provável que benefício econômico

fluirá para a Companhia. O Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre lucros determina que, quando for provável que o benefício fluirá para a Companhia e pode ser mensurado de forma confiável, o seu reconhecimento é adequado. Em 2024, a Companhia decidiu registrar os créditos residuais atualizados referentes ao ano de 2019 totalmente no resultado do exercício corrente em desacordo com o período de competência. Consequentemente, o resultado do exercício findo em 30 de junho de 2024 está registrado a maior em R\$33.253 mil (Em 30 de junho de 2023, o ativo não circulante e o patrimônio líquido estão registrados a menor em R\$35.857 mil e R\$33.253 mil, respectivamente; e o resultado do exercício findo nessa data está registrado a menor em R\$2.364 mil, líquido dos efeitos tributários). Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de quaisquer fraudes ou erros. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável,

os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de distorção relevante de natureza fraudulenta é considerado mais alto do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos

controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de julho de 2024.

Ernst & Young

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP 034.519/0-6

Maurício Mitto Yuhara

Contador

CRC-1SP 260.523/0-3

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br



Caldeirão Grande 2 Solar S.A.

CNPJ/MF nº 48.949.370/0001-04 – NIRE 35.300.606.523

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de agosto de 2024
1. Data, Local e Horário: Aos 15/08/2024, às 10:00 horas, na sede social da **Caldeirão Grande 2 Solar S.A.**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 360, 12º andar, CEP 04543-000 (**"Companhia"** ou **"Emissora"**). **2. Convocação e Presença:** Dispensada em razão da presença dos titulares da totalidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 (**"Lei das S.A."**), conforme as assinaturas de todos os titulares da totalidade do capital social da Companhia se encontram no Livro de Presença de acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Ricardo Alberto Oliveira dos Santos, Presidente; e pela Sra. Viviane de Oliveira Soares, Secretária. **4. Ordem do Dia:** no âmbito da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública sob rito de registro automático, para investidores profissionais, da Companhia, no valor total de R\$ 80.000.000,00 (**"Emissão"** e **"Debêntures"**), da Companhia, as quais serão objeto de oferta pública de valores mobiliários, nos termos da Lei nº 6.385, de 07/12/1976, conforme alterada (**"Lei do Mercado de Valores Mobiliários"**), da Lei nº 14.195, de 26/08/2021 (**"Lei 14.195"**), da Resolução Comissão de Valores Mobiliários (**"CVM"**) nº 160, de 13/07/2022, conforme alterada (**"Resolução CVM 160"**), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (**"Oferta"**), a ser formalizada por meio do **"Instrumento Particular de Emissão da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático de Distribuição, da Caldeirão Grande 2 Solar S.A."**, (**"Escritura de Emissão"**), apreciar e deliberar sobre: (i) a aprovação da realização da Emissão e da Oferta, as quais serão detalhadas e reguladas por meio da Escritura de Emissão; (ii) a aprovação da outorga, pela Companhia, da Alienação Fiduciária das ações das Fiadoras (conforme abaixo definido), para assegurar o pagamento fiel, pontual e integral das obrigações assumidas pela Emissora em virtude da Emissão, da Oferta e das Debêntures, conforme termos e condições previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações das SPEs (conforme abaixo definido); (iii) a aprovação da outorga, pela Companhia, de procurações no âmbito do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações das SPEs, por prazo de validade de 1 ano, renovável por períodos iguais durante toda a vigência do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações das SPEs; (iv) a aprovação da outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária de Conta (conforme abaixo definido), para assegurar o pagamento fiel, pontual e integral das obrigações assumidas pela Emissora em virtude da Emissão, da Oferta e das Debêntures, conforme termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Conta (conforme abaixo definido); (v) a aprovação da outorga, pela Companhia, da Alienação Fiduciária de Ações das Fiadoras (conforme abaixo definido), para assegurar o pagamento fiel, pontual e integral das obrigações assumidas pela Emissora em virtude da Emissão, da Oferta e das Debêntures, conforme termos e condições previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações das Fiadoras (conforme abaixo definido); (vi) a autorização à diretoria da Companhia, ou aos seus procuradores, para (a) negociar e estabelecer todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis ao Compartilhamento das Garantias, à Emissão, às garantias reais outorgadas no âmbito da Emissão, à Fiança, às Debêntures e à Oferta; (b) celebrar a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido), os Contratos de Garantia (conforme abaixo definido), bem como outros futuros e eventuais aditamentos, e, dentro dos limites das obrigações a serem assumidas no âmbito dos documentos relacionados a Oferta e a Emissão, assinar quaisquer outros instrumentos e documentos e seus eventuais aditamentos relacionados ao Compartilhamento das Garantias, à Emissão, às garantias reais outorgadas no âmbito da Emissão, à Fiança, às Debêntures e à Oferta, que venham a ser necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento do Compartilhamento das Garantias, da Emissão, das garantias reais outorgadas no âmbito da Emissão, da Fiança e da Oferta; (c) contratar ou reembolsar o Coordenador Líder (conforme definido abaixo) pela contratação, dos prestadores de serviços necessários para a realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando aos Coordenadores, o Agente Fiduciário, o Agente de Liquidação (conforme definido abaixo), o Escriturador (conforme definido abaixo), o banco depositário e os assessores legais da Oferta, podendo, para tanto, negociar e assinar (caso aplicável) os respectivos contratos e fixar-lhes os honorários; e (d) praticar todos e quaisquer atos necessários para efetuar as matérias acima, incluindo, mas não se limitando à publicação e o registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes e a tomada das medidas necessárias perante a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 ("B3"), a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), a CVM ou quaisquer outros órgãos ou autarquias junto aos quais seja necessária a adoção de quaisquer medidas para a realização do Compartilhamento das Garantias, das garantias reais outorgadas no âmbito da Emissão, da Fiança, da Emissão e da Oferta; (viii) a aprovação para as Fiadoras (a) outorgarem a Cessão Fiduciária de Direitos (conforme abaixo definido); (b) outorgarem a Fiança (conforme abaixo definido); e (c) celebrar todos e quaisquer instrumentos e documentos, bem como seus eventuais aditamentos, relacionados à Emissão, às Debêntures, à Oferta e outorga das garantias indicadas nos itens "Ia)" e "Ib)", que venham a ser necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento da Emissão, das garantias indicadas nos itens "Ia)" e "Ie)" e da Oferta; e (ix) a ratificação dos atos já praticados pela diretoria da Companhia, e autorização para que estes pratiquem todos os atos necessários e que estejam em consonância com as deliberações da Assembleia. **5. Deliberações:** após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: (i) aprovar a realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas por meio da Escritura de Emissão: (a) **Destinação de Recursos.** Nos termos do artigo 2º, § 1º, da Lei 12.431, do Decreto 11.964, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 5.034, de 21/07/2022 (**"Resolução CMN 5.034"**) e das Portarias, a totalidade dos recursos líquidos captados pela Emissora por meio das Debêntures (conforme abaixo definidas) serão utilizados exclusivamente para pagamento futuro e/ou reembolso de capital relacionado aos investimentos nos termos do projeto a ser descrito na Escritura de Emissão (**"Projeto"** e **"Destinação de Recursos"**); (b) **Número da Emissão.** A Emissão constitui a 1ª emissão de Debêntures da Emissora. (c) **Valor Total da Emissão.** O valor total da Emissão será de R\$ 80.000.000,00, na Data de Emissão (conforme definido abaixo) (**"Valor Total da Emissão"**). (d) **Séries.** A Emissão será realizada em série única. (e) **Garantias.** Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento da totalidade das obrigações pecuniárias e não pecuniárias, principais e acessórias, presentes e/ou futuras, assumidas pela Emissora e pelas Fiadoras na Escritura de Emissão, incluindo, mas não sem limitação, (a) as obrigações relativas ao integral e pontual pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado (conforme definido abaixo) ou o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, da remuneração das Debêntures, dos Encargos Moratórios, dos demais encargos relativos às Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas e dos demais encargos relativos a Escritura de Emissão e aos demais documentos da Emissão, conforme aplicável, quando devidos, seja nas respectivas datas de pagamento, na Data de Vencimento das Debêntures, ou em virtude do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão, conforme aplicável; (b) as obrigações relativas a quaisquer outras obrigações de pagar assumidas pela Emissora e pelas Fiadoras na Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, conforme aplicável, incluindo, mas não se limitando, obrigações de pagar as despesas decorrentes da Emissão, e quaisquer outras despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos, indenizações e demais encargos contratuais e legais previstos; (c) as obrigações relativas ao Banco Liquidante, ao Escriturador, à B3, ao Agente Fiduciário e aos demais prestadores de serviços da Emissão, eventuais honorários do Agente Fiduciário, todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrida pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures, da Escritura de Emissão e/ou dos Contratos das Garantias (conforme definido abaixo); e (d) as obrigações de ressarcimento das despesas comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas, desembolsadas no âmbito da Emissão e/ou em virtude da constituição, manutenção e/ou realização da presente garantia real, bem como todos e quaisquer tributos e despesas judiciais e/ou extrajudiciais (inclusive honorários advocatícios) para a excussão da Garantia Real, nos termos da Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão (**"Obrigações Garantias"**), conforme aplicável serão constituídas, em favor dos Debenturistas, em caráter irrevogável e irretirável, as seguintes garantias: 1. **Garantia Fidejussória.** A **Central Geradora Solar Danúbio S.A.** (CNPJ: 12.960.103/0001-82), **Central Geradora Solar Cruzeiro S.A.** (CNPJ: 12.960.094/0001-20), **Central Geradora Solar Lira S.A.** (CNPJ: 12.960.095/0001-42), **Central Geradora Solar Coqueiral S.A.** (CNPJ: 10.656.568/0001-19), **Central Geradora Solar Florenz S.A.** (CNPJ: 12.960.110/0001-84), **Central Geradora Solar Notus S.A.** (CNPJ: 12.960.127/0001-31), **Central Geradora Solar Japura S.A.** (CNPJ: 12.960.117/0001-04) (em conjunto, as **"Fiadoras"**), neste ato, se obrigam, solidariamente com a Emissora, em caráter irrevogável e irretirável, perante os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, como fiadoras e principais pagadoras, das Obrigações Garantias, até o pagamento integral das Obrigações Garantias, quer seja pela Emissora ou pelas Fiadoras, independentemente de outras garantias contratuais que possam vir a ser constituídas pela Emissora no âmbito da Oferta (**"Fiança"**), renunciando expressamente aos artigos 333, § único, 364, 366, 368, 827, 834, 835, 837, 838 e 839, todos do Código Civil, e dos artigos 130 e 794 da Lei nº 13.105, de 16/03/2015, conforme alterada. 2. **Garantias Reais.** (1) **Alienação fiduciária** da totalidade de ações de emissão da Emissora, presentes e futuras (**"Alienação Fiduciária de Ações da Emissora"**), nos termos do **"Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças"**, a ser celebrado, entre a Emissora, o Agente Fiduciário, e a Ibitu Energias Renováveis S.A. (**"Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Emissora"**); (2) **Alienação fiduciária** da totalidade de ações de emissão da das Fiadoras, presentes e futuras (**"Alienação Fiduciária de Ações das SPEs"** ou, quando em conjunto com a Alienação Fiduciária de Ações da Emissora, a **"Alienação Fiduciária de Ações"**), observado o Compartilhamento das Garantias, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária das SPEs; (3) **Cessão fiduciária**, observado o Compartilhamento das Garantias, nos termos do § 3º do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14/07/1965, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (i) de todos e quaisquer direitos e créditos das Fiadoras, atuais e futuros, principais e acessórios, decorrentes, relacionados e/ou emergentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica do Projeto identificados no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, e dos futuros contratos de compra e venda de energia decorrente do Projeto a serem celebrados pelas Fiadoras no Ambiente de Contratação Livre (ACL) (**"CCVEEsACL"**) ou no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) (**"CCVEEsACR"** e, em conjunto com os CCVEEsACL, **"CCVEEs"**), nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; (ii) de todos e quaisquer direitos e créditos das Fiadoras, atuais e futuros, principais e acessórios, decorrentes, relacionados e/ou emergentes dos Contratos de Construção (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios), conforme identificados no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; (iii) de todos e quaisquer direitos e créditos das Fiadoras, atuais e futuros, principais e acessórios, decorrentes, relacionados e/ou emergentes das Autorizações (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios); (iv) de todos e quaisquer direitos e créditos das Fiadoras, atuais e futuros, principais

e acessórios, decorrentes, relacionados e/ou emergentes dos seguros a serem oportunamente contratados pelas Fiadoras no âmbito do Projeto, para vigência a partir da entrada em operação comercial dos Projetos, quais sejam, Seguro Patrimonial (Property All Risks) (**"Seguro Patrimonial"**) e Seguro de Risco de Responsabilidade Civil (**"Third Part Liability"**) (**"Seguro de Responsabilidade Civil"** e, em conjunto com o Seguro Patrimonial, as **"Apólices de Seguro"**); (v) de todos e quaisquer direitos e créditos das Fiadoras, atuais e futuros, principais e acessórios, decorrentes, relacionados e/ou emergentes das garantias outorgadas pelas contratadas no âmbito dos Contratos de Construção (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios), assim como suas respectivas renovações, endossos ou aditamentos, identificados no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (**"Garantias dos Contratos de Construção"**); (vi) de todos e quaisquer direitos e créditos das Fiadoras, atuais e futuros, principais e acessórios, decorrentes, relacionados e/ou emergentes de quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes dos Projetos, inclusive aqueles relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste (**"Direitos e Créditos dos Projetos"**); (vii) todos os direitos econômicos oriundos das ações emitidas pelas Fiadoras (**"Ações SPEs"**), incluindo, sem limitação, todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem atribuídos expressamente às Ações SPEs, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos (em dinheiro ou mediante distribuição de novas ações), juros sobre o capital próprio, rendimentos, distribuições, bônus e todos os demais valores que de qualquer outra forma tenham sido e/ou que venham a ser declarados e ainda não tenham sido distribuídos, que serão única e exclusivamente depositados na Conta Centralizadora, conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (**"Dividendos"**); (viii) de todos e quaisquer direitos creditórios, atuais e futuros, principais e acessórios, das Fiadoras dos Mútuos Permitidos (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios) os **"Créditos Intragrupo"** e, em conjunto com os Dividendos, os CCVEEs, os Contratos de Construção, as Autorizações, as Apólices de Seguro, Garantias dos Contratos de Construção e os Direitos e Créditos destes, os **"Direitos Creditórios das Cedentes"**; e (ix) de todos os direitos e créditos, atuais e futuros, principais e acessórios, das Fiadoras, a serem depositados nas Contas do Projeto (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios), inclusive, mas sem limitação, todos os Direitos Creditórios das Cedentes, em virtude dos valores depositados nas Contas do Projeto, bem como investimentos feitos com valores ali depositados e ganhos e rendimentos deles oriundos (doravante designados como **"Investimentos Cedidos"** e, em conjunto com os Direitos Creditórios das Cedentes e as Contas do Projeto, os **"Direitos Cedidos"**) exceto os créditos decorrentes de determinadas Contas do Projeto conforme indicadas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (**"Cessão Fiduciária de Direitos"** em conjunto com a Alienação Fiduciária das SPEs, as **"Garantias Reais Compartilhadas"**); e (4) **cessão fiduciária:** (i) de conta vinculada de titularidade da Emissora, onde deverá ser retido o montante mínimo correspondente: (a) ao valor da parcela subsequente vinda de pagamento dos Juros Remuneratórios e de amortização do Valor Nominal Atualizado das Debêntures; e (b) todas as aplicações financeiras e recursos que sejam retidos na respectiva conta vinculada; e (ii) toda conta vinculada de titularidade da Emissora, a ser utilizado para os fins de recomposição do CSO Mínimo (conforme definido abaixo), nos termos previstos na Escritura de Emissão (**"Cessão Fiduciária de Conta"** e, em conjunto com as Garantias Reais Compartilhadas e com a Alienação Fiduciária de Ações da Emissora, as **"Garantias Reais"** e, quando em conjunto com a Fiança, as **"Garantias"**), conforme descrito no **"Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças"**, a ser celebrado entre a Emissora, na qualidade de outorgante e o Agente Fiduciário, na qualidade de outorgado (**"Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada"** e, em conjunto com os Contratos das Garantias Compartilhadas (conforme abaixo definido) e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Emissora, os **"Contratos de Garantia"**). Para fins da Escritura de Emissão: **"Contrato de Alienação Fiduciária das SPEs"** significa o **"Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Quotas e Outras Avenças"**, celebrado em 17/10/2022, conforme aditado, entre a Emissora, as Fiadoras, o Agente Fiduciário, o Itaú Unibanco S.A. e a Ibitu Energias Renováveis S.A.; **"Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios"** significa o **"Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças"**, celebrado em 17/10/2022, conforme aditado, entre a Emissora, as Fiadoras, o Agente Fiduciário, o Itaú Unibanco S.A., a Ibitu Energias Renováveis S.A. e a QI Sociedade de Crédito Direto S.A.; **"Contratos das Garantias Compartilhadas"** significa o Contrato de Alienação Fiduciária das SPEs e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, quando considerados em conjunto; **"Contratos de Financiamento"** significam os seguintes contratos de financiamento celebrados pelas Fiadoras junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (**"BNB"**), em conjunto: (i) Contrato de Financiamento por Instrumento Particular nº 194.2022.381.6661, no valor de principal de R\$ 55.354.877,47; (ii) Contrato de Financiamento por Instrumento Particular nº 194.2022.562.6658, no valor de principal de R\$ 62.273.675,25; (iii) Contrato de Financiamento por Instrumento Particular nº 194.2022.537.6657, no valor de principal de R\$ 62.274.237,18; (iv) Contrato de Financiamento por Instrumento Particular nº 194.2022.378.6660, no valor de principal de R\$ 55.354.877,48; (v) Contrato de Financiamento por Instrumento Particular nº 194.2022.386.6662, no valor de principal de R\$ 69.193.596,84; (vi) Contrato de Financiamento por Instrumento Particular nº 194.2022.563.6659, no valor de principal de R\$ 62.274.237,16; (vii) Contrato de Financiamento por Instrumento Particular nº 194.2022.564.6663, no valor de principal de R\$ 62.274.237,15; e (viii) os eventuais outros contratos de financiamento celebrados pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, conforme permitidos nessa Escritura de Emissão; **"Divida CPG"** significa uma eventual dívida decorrente das obrigações pecuniárias contraídas pela Emissora, contraídas no âmbito do **"Instrumento Particular de Prestação de Fiança e Outras Avenças"**, celebrado em 17/10/2022 entre a Emissora e o Itaú Unibanco S.A. (**"CPG"**). (f) **Compartilhamento das Garantias CPG.** As Garantias Reais Compartilhadas serão outorgadas em benefício conjunto dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário e do credor da Divida CPG e serão compartilhadas, nos mesmos termos, *pari passu* e em mesmo grau de senioridade, proporcionalmente ao saldo devedor com os Debenturistas e com o credor da Divida CPG, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão (**"Compartilhamento das Garantias CPG"**). Os demais termos e condições do Compartilhamento das Garantias encontrar-se-ão expressamente previstos nos termos do **"Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças"**, a ser celebrado entre o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas e o credor da Divida CPG e/ou com o BNB, conforme o caso (**"Contrato de Compartilhamento das Garantias"**). (g) **Compartilhamento das Garantias BNB.** Na hipótese de: (i) os Contratos de Financiamento não serem mais totalmente garantidos por fianças bancárias por conta da exoneração parcial de uma ou mais fianças; ou (ii) terminarem a vigência do CPG com a respectiva exoneração de todas as cartas de fiança emitidas em decorrência do CPG; o Contrato de Compartilhamento das Garantias e os Contratos das Garantias Compartilhadas deverão ser aditados para prever que as Garantias Reais Compartilhadas serão outorgadas em benefício conjunto dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário e do BNB, nos mesmos termos, *pari passu* e em mesmo grau de senioridade, proporcionalmente ao saldo devedor das Debêntures e dos Contratos de Financiamento, com os Debenturistas e com o BNB, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão (**"Compartilhamento das Garantias BNB"** e, em conjunto com o Compartilhamento das Garantias CPG, o **"Compartilhamento das Garantias"**), sem necessidade de qualquer deliberação e/ou aprovação adicional em sede de Assembleia Geral nesse sentido. Os demais termos e condições do Compartilhamento das Garantias BNB encontrar-se-ão expressamente previstos no aditamento ao Contrato de Compartilhamento das Garantias. (h) **Colocação e Procedimento de Distribuição.** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, pelo rito de registro automático de distribuição, nos termos da Resolução CVM 160, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários (**"Coordenador Líder"**), nos termos do **"Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública pelo Rito de Registro Automático, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures, em Série Única, 1ª Emissão da Caldeirão Grande 2 Solar S.A."**, celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder (**"Contrato de Distribuição"**), e de acordo com os procedimentos operacionais da B3. (i) **Data de Emissão.** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela descrita na Escritura de Emissão (**"Data de Emissão"**). (j) **Forma, Tipo e Comprovação da Titularidade das Debêntures.** As Debêntures serão emitidas sob a forma escritural, sem a emissão de cautelares ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador, na qualidade de responsável pela escrituração das Debêntures, e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por extrato extra em nome dos Debenturistas, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures. (k) **Conversibilidade.** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. (l) **Espécie.** As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das S.A., (m) Prazo e Data de Vencimento. Observado o disposto na Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de 11 anos a contar da Data de Emissão (**"Data de Vencimento"**), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, de Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido) ou de Oferta de Resgate Antecipado (conforme abaixo definido), nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e da Escritura de Emissão. (n) Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00, na Data de Emissão (**"Valor Nominal Unitário"**). (o) Quantidade de Debêntures Emitidas. Serão emitidas 80.000 Debêntures. (p) Preço de Subscrição e Forma de Integralização. As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição (**"Data de Integralização"**), pelo seu Valor Nominal Unitário, na primeira Data de Integralização ou para as integralizações realizadas após a primeira Data de Integralização pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da respectiva Remuneração desde a primeira Data de Integralização, ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da sua efetiva integralização, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. (q) **Atualização Monetária das Debêntures.** O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures será atualizado monetariamente (**"Atualização Monetária das Debêntures"**) pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IBGE"), calculada de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis a partir da primeira Data de Integralização (inclusive) até a data de seu efetivo pagamento (exclusive), sendo o produto da Atualização Monetária das Debêntures incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures (**"Valor Nominal Atualizado das Debêntures"**), segundo a fórmula prevista na Escritura de Emissão. (r) **Juros Remuneratórios das Debêntures.** Sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 7,3274% ao ano, base 252 Dias Úteis (**"Juros Remuneratórios"** ou **"Remuneração"**), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, desde a primeira Data de Integralização ou data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até (i) a data de pagamento dos Juros Remuneratórios em questão (exclusive), ou (ii) a data de pagamento em decorrência de um Evento de Vencimento Antecipado (conforme definido abaixo); ou (iii) a data de um eventual Resgate Antecipado Facultativo ou Oferta de Resgate Antecipado, o que ocorrer primeiro (exclusive). O cálculo dos Juros Remuneratórios obedecerá à fórmula prevista na Escritura de Emissão. (s) **Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures.** Sem prejuízo do pagamento em decorrência de Resgate Antecipado Facultativo ou Oferta de Resgate Antecipado e/ou de vencimento

antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, os Juros Remuneratórios serão pagos semestralmente partir da Data de Emissão até a Data de Vencimento. Farão jus aos pagamentos relativos às Debêntures aqueles que sejam Debenturistas ao final do Dia Útil imediatamente anterior a respectiva data de pagamento prevista na Escritura de Emissão. (t) **Amortização do Principal.** Sem prejuízo dos pagamentos decorrentes de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures ou de Resgate Antecipado Facultativo ou Oferta de Resgate Antecipado, nos termos previstos na Escritura de Emissão e na legislação aplicável, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado semestralmente partir da Data de Emissão até a Data de Vencimento. (u) **Local de Pagamento.** Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, nos termos da Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão, serão realizados (i) pela Emissora, no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário Atualizado, aos Juros Remuneratórios e aos Encargos Moratórios, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio da B3; ou (ii) pela Emissora, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio do Escriturador ou em sua sede, conforme o caso. (v) **Prorrogação dos Prazos.** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o 1º Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional na República Federativa do Brasil, sábado ou domingo. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na Escritura de Emissão, entende-se por **"Dias Úteis"** (i) com relação a qualquer obrigação realizada por meio da B3, inclusive para fins de cálculo, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional na República Federativa do Brasil; e (ii) com relação a qualquer obrigação que não seja realizada por meio da B3, qualquer dia em que não haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. (w) **Encargos Moratórios.** Ocorrendo impuntualidade no pagamento de qualquer quantia devida pela Emissora aos Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Atualização Monetária e dos Juros Remuneratórios, que continuarão sendo calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 1% ao mês; e (ii) juros moratórios à razão de 2% ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago (**"Encargos Moratórios"**). (x) **Repactuação Programada.** As Debêntures não serão objeto de repactuação programada. (y) **Publicidade.** Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos ou anúncios na (**"Aviso aos Debenturistas"**) página da Emissora na rede mundial de computadores da Emissora (<https://ibituennergia.com/>), observado as limitações impostas pela Resolução CVM 160 em relação à publicidade da Oferta e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário e a B3 a respeito de qualquer publicação na data de sua realização. Qualquer publicação ou comunicação realizada pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas pelo Agente Fiduciário à ANBIMA em até 3 Dias Úteis contados da comunicação da Emissora ao Agente Fiduciário ou ao público em geral. (z) **Resgate Antecipado Facultativo.** Caso seja legalmente permitido à Emissora realizar o resgate antecipado das Debêntures, nos termos da Lei 12.431, da Resolução CMN 4.751 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, desde que decorrido o prazo médio ponderado de 4 anos a contar da Data de Emissão das Debêntures, independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar o resgate antecipado da totalidade (mas não parcialmente) das Debêntures, a partir da data em que o referido resgate seja permitido pela regulamentação aplicável, observados o disposto no inciso II do artigo 1º, § 1º, da Lei 12.431, na Resolução CMN 4.751 e demais legislações ou regulamentações aplicáveis (**"Resgate Antecipado Facultativo"**), sendo certo que o prazo médio ponderado mencionado acima será calculado quando da realização do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, nos termos da Resolução CMN 5.034, ou de outra forma, desde que venha a ser legalmente permitido e devidamente regulamentado pelo CMN, nos termos da Lei 12.431. O Resgate Antecipado Facultativo será realizado observado o disposto no inciso III, do artigo 1º, da Resolução CMN 4.751, mediante pagamento do valor de resgate antecipado das Debêntures (**"Valor de Resgate Antecipado"**), conforme o caso, que será equivalente ao maior entre os seguintes valores: (i) Valor Nominal Atualizado das Debêntures, acrescido: (1) da Remuneração, calculada, *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização (inclusive) ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo (exclusive); e (2) dos Encargos Moratórios, se houver; ou (ii) Valor presente das parcelas remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Atualizado das Debêntures, e da Remuneração, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (denominação atual da antiga Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B) com *duration* aproximada mais próxima à *duration* remanescente das Debêntures na data do Resgate Antecipado Facultativo, conforme cópia indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.anbima.com.br/>) e conforme apurada no segundo Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo, calculado conforme a fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão, e somado aos Encargos Moratórios, se houver. O Resgate Antecipado Facultativo será operacionalizado conforme termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão. (aa) **Amortização Extraordinária Facultativa.** Não será admitida a realização de amortização extraordinária das Debêntures. Caso seja legalmente permitido à Emissora realizar a amortização extraordinária facultativa das Debêntures, nos termos da Lei 12.431, da Resolução CMN 4.751 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, desde que decorrido o prazo médio ponderado de 4 anos a contar da Data de Emissão das Debêntures, independentemente da vontade dos Debenturistas, observado que, nesse caso, o valor relativo à amortização extraordinária facultativa das Debêntures, será o maior entre (i) aquele previsto na regulamentação que vier a ser expedida pelo CMN, ou (ii) parcela do Valor Nominal Atualizado das Debêntures, objeto de tal amortização extraordinária facultativa, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e demais encargos aplicáveis devidos e não pagos até a Data Amortização Extraordinária Facultativa (**"Valor da Amortização Extraordinária Facultativa"**). Caso a regulamentação não permita o pagamento do maior valor entre os itens (i) e (ii) retro, não será admitida a realização de amortização extraordinária das Debêntures. A Amortização Extraordinária Facultativa será operacionalizada conforme termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão. (bb) **Oferta de Resgate Antecipado.** A Emissora poderá, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, realizar oferta de resgate antecipado total das Debêntures (desde que observados os termos da Lei 12.431 e da Resolução CMN 4.751 ou de outra forma, desde que já tenha transcorrido o prazo médio ponderado de 4 anos a contar da Data de Emissão das Debêntures, conforme indicado no inciso I, do artigo 1º, da Resolução CMN 4.751 ou outro que venha a ser autorizado pela legislação e demais regulamentações aplicáveis e que venham a ser editadas posteriormente) (**"Oferta de Resgate Antecipado"**). A Oferta de Resgate Antecipado será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo e da legislação aplicável, incluindo, mas não se limitando, a Lei das S.A.. Os valores a serem pagos aos Debenturistas no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Atualizado das Debêntures, acrescidos: (i) da Remuneração, calculados *pro rata temporis*, a partir da Primeira Data de Integralização (inclusive) ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do resgate (exclusive); e (ii) de eventual prêmio de resgate antecipado, a exclusivo critério da Emissora, que não poderá ser negativo. A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada conforme termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão. (cc) **Aquisição Facultativa.** A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor e observado o disposto no artigo 55, § 3º, da Lei das S.A., na Resolução CVM nº 77 de 29/03/2022 (**"Resolução CVM 77"**) e na regulamentação aplicável da CVM, a qualquer momento, desde que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis, inclusive, nos termos do artigo 1º, § 1º, inciso II, da Lei 12.431, adquirir Debêntures no mercado secundário: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Atualizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Atualizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures (**"Aquisição Facultativa"**). (dd) **Vencimento Antecipado Automático.** Observado o disposto na Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá considerar antecipadamente vendidas, independentemente de aviso, notificação ou interposição, judicial ou extrajudicial, todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, além dos Encargos Moratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, nos termos da Escritura de Emissão, na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos (cada um um **"Evento de Vencimento Antecipado Automático"**). (ee) **Vencimento Antecipado Não Automático.** O Agente Fiduciário deverá, em até 2 Dias Úteis da data em que tomar ciência da ocorrência de quaisquer dos eventos listados abaixo, convocar Assembleia Geral para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o disposto na Escritura de Emissão, inclusive as disposições relativas aos procedimentos de convocação e quóruns da Assembleia Geral (cada evento um **"Evento de Vencimento Antecipado Não Automático"** e, em conjunto com os Eventos de Vencimento Antecipado Automático, **"Eventos de Vencimento Antecipado"**). (ff) **Tratamento Tributário das Debêntures.** As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto no artigo 2º da Lei 12.431. Caso qualquer titular das Debêntures tenha tratamento tributário diferente daquele previsto na Lei 12.431, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória do referido tratamento tributário julgada apropriada pelo Banco Liquidante, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não gozasse do referido tratamento tributário. (gg) **Banco Liquidante e Escriturador.** Para fins da presente Emissão, o banco liquidante das Debêntures será a **VORTX Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, (**"Banco Liquidante"**, cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante na prestação dos serviços relativos às Debêntures, desde que a substituição ocorra nos termos da Escritura de Emissão), e o escriturador das Debêntures será a **VORTX Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/08/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



<p>... continuação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15/08/2024 da Caldeirão Grande 2 Solar S.A. Central do Brasil, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Escrutador", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Escriturador na prestação dos serviços relativos às Debêntures, desde que a substituição ocorra nos termos da Escritura de Emissão). (hh) Classificação de Risco. Não será contratada agência de classificação de risco para atribuir rating às Debêntures. (ii) Desmembramento. Não será admitido o desmembramento do Valor Nominal Unitário, da Remuneração e dos demais direitos conferidos aos Debenturistas, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das S.A.. (jj) Demais Características. As demais características da Emissão e das Debêntures encontram-se descritas na Escritura, a qual as Partes declaram conhecer e aceitar, em todos seus termos e condições. (kk) aprovar a outorga, pela Companhia, da Alienação Fiduciária das ações das Fiadoras, para assegurar o pagamento fiel, pontual e integral das obrigações assumidas pela Emissora em virtude da Emissão, da Oferta e das Debêntures, conforme termos e condições previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações das SPEs; (lll) aprovar outorga, pela Companhia, de procurações no âmbito do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações das SPEs, por prazo de validade de 1 ano, renovável por períodos iguais durante toda a vigência do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações das SPEs; (llv) aprovar a outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária de Conta, para assegurar o pagamento fiel, pontual e integral das obrigações assumidas pela Emissora em virtude da Emissão, da Oferta e das Debêntures, conforme termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de</p>	<p>Conta; (vv) aprovar outorga, pela Companhia, de procurações no âmbito do Contrato de Fiduciária de Conta, por prazo de validade de 1 ano, renovável por períodos iguais durante toda a vigência do Contrato de Fiduciária de Conta; (vii) aprovar o Compartilhamento das Garantias; (viii) autorizar a diretoria da Companhia, ou seus procuradores, a praticar(em) todos os atos necessários e/ou convenientes à realização, formalização, aperfeiçoamento ou conclusão do Compartilhamento das Garantias, da Emissão, das garantias reais outorgadas no âmbito da Emissão, da Fiança e/ou da Oferta, especialmente, mas não se limitando, a (a) negociar e estabelecer todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis ao Compartilhamento das Garantias, à Emissão, às garantias reais outorgadas no âmbito da Emissão, à Fiança, às Debêntures e à Oferta, (b) celebrar a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição e os Contratos de Garantia, bem como seus eventuais aditamentos, e, dentro dos limites das obrigações a serem assumidas no âmbito dos documentos relacionados a Oferta e a Emissão, assinar quaisquer outros instrumentos e documentos e seus eventuais aditamentos relacionados ao Compartilhamento das Garantias, à Emissão, às garantias reais outorgadas no âmbito da Emissão, à Fiança, às Debêntures e à Oferta, que venham a ser necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento do Compartilhamento das Garantias, da Emissão, das garantias reais outorgadas no âmbito da Emissão, da Fiança e da Oferta; (c) contratar ou reembolsar os Coordenadores pela contratação, dos prestadores de serviços necessários para a realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando aos Coordenadores, o Agente Fiduciário, o Agente de Liquidação, o Escriturador, o banco depositário e os assessores legais da Oferta, podendo, para tanto, negociar e assinar (caso aplicável) os respectivos contratos e fixar-lhes os honorários; e (d) praticar todos e quaisquer</p>	<p>atos necessários para efetivar as matérias acima, incluindo, mas não se limitando a, a publicação e o registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes e a tomada das medidas necessárias perante a B3, a ANBIMA, a CVM ou quaisquer outros órgãos ou autarquias junto aos quais seja necessária a adoção de quaisquer medidas para a realização das garantias reais outorgadas no âmbito da Emissão, da Fiança, da Emissão, do Compartilhamento das Garantias e da Oferta; (viii) a aprovação para as Fiadoras (a) outorgarem a Cessão Fiduciária de Direitos; (b) outorgarem a Fiança; e (c) celebrar todos e quaisquer instrumentos e documentos, bem como seus eventuais aditamentos, relacionados à Emissão, às Debêntures, à Oferta e outorga das garantias indicadas nos itens "(a)" e "(b)", que venham a ser necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento da Emissão, das garantias indicadas nos itens "(a)" e "(e)" e da Oferta; e (ix) ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria e pelos procuradores da Companhia, bem como autorizar a prática, por estes, de todos os atos necessários e relacionados a todas as deliberações acima. 6. Encerramento e Lavratura da Ata: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada. Acionistas presentes: Ibitu Energias Renováveis S.A. (neste ato representado por Ricardo Alberto Oliveira dos Santos e Viviane de Oliveira Soares). Confere com o original, lavrado em livro próprio. São Paulo/SP, 15/08/2024. Mesa: Ricardo Alberto Oliveira dos Santos – Presidente; Viviane de Oliveira Soares – Secretária. Acionistas: Ibitu Energias Renováveis S.A., por Ricardo Alberto Oliveira dos Santos e Viviane de Oliveira Soares. JUCESP – Registrado sob o nº 309.142/24-6 em 22/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.</p>
--	---	---

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/08/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



DMCard Participações S.A.

CNPJ/MF nº 45.586.447/0001-22 – NIRE 35.300.590.589

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de julho de 2024

1. Data, Hora e Local: Em 29 de julho de 2024, às 08h00, na sede da **DMCard Participações** ("Companhia"), situada na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Cassiano Ricardo, nº 521, Sala 12, Bloco 2, Bairro Parque Residencial Aquarius, CEP 12246-870. **2. Convocação e Presenças:** Convocação dispensada, em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia ("Conselheiros"), conforme lista de presença anexa à presente Ata como **Anexo I. 3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Denis César Correia** e secretariados pelo Sr. **José Luis Pano. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a celebração dos atos a seguir: (i) Aprovar a inclusão a **DM Cartões PL S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Cassiano Ricardo, nº 521, sala 15, Bloco B, Parque Residencial Aquarius, CEP 12246- 870, CNPJ sob o nº 52.135.675/0001-41, na qualidade de fiadora e principal pagadora, solidariamente com a Emissora e com os demais Fiadores, das Obrigações Garantidas (conforme definido na Escritura de Emissão), passando a integrar o conceito de "Fiador" (conforme definido na Escritura de Emissão) e "Interveniente Garantidor" (conforme definido na Escritura de Emissão), nos termos da Escritura de Emissão, bem como de Cedente (conforme definido na Escritura de Emissão) dos Direitos Creditórios Vinculados (conforme definido na Escritura de Emissão), conforme previsto no Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da DMCard Securitizadora S.A, conforme aditada pelo Primeiro Aditamento, pelo Segundo Aditamento, pelo Terceiro Aditamento, pelo Quarto Aditamento e pelo Quinto Aditamento ("Escritura de Emissão"); e (ii) Aprovar a inclusão da DM Cartões PL S.A, com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Cassiano Ricardo, nº 521, sala 15, Bloco B, Parque Residencial Aquarius, CEP 12246- 870, CNPJ/MF sob o nº 52.135.675/0001-41 ("DM Cartões PL"); e da DM Sociedade de Crédito Direto S.A, CNPJ/MF 37.555.231/0001- 71, localizada na Av Cassiano Ricardo, nº 521, andar 3 sala 7, São José dos Campos, SP, CEP 12246- 870 ("DM SCD", quando em conjunto com a DM Cartões PL, as "Novas Cedentes"), que passam a integrar o conceito de "Cedentes", conforme definido no "Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças.", no âmbito da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da DMCard Securitizadora S.A, CNPJ/MF sob o nº 52.135.675/0001-41 ("DM Cartões PL S.A, na qualidade de COOBRIGADA, em relação aos direitos e obrigações da DM Instituição de Pagamento S.A, atribuídos no âmbito do Instrumento Particular de Escritura da 9ª (Nona) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie "com Garantia Real", em Série Única, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da DM Instituição de Pagamento S.A, atribuídos no âmbito do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças, no âmbito da 9ª (Nona) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie "com Garantia Real", em Série Única, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da DM Instituição de Pagamento S.A, (iv) Aprovar, integralmente e sem ressalvas, o ingresso da **DMCard Meios de Pagamento Ltda.**, sociedade limitada com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Cassiano Ricardo, nº 521, 3º andar, sala 3, Torre B, Parque Residencial Aquarius, CEP 12246-870, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.371.651/0001-20, como Fiadora, na 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, com Garantias Reais e Fidejussória Adicionais, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da FortBrasil Securitizadora S.A, por meio da qual foram emitidas 100.000.000 (cem milhões) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, de emissão da Emissora. 4.5. Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias para a efetivação das deliberações ora aprovadas, ficando desde já autorizada a celebrar a Contrato de Ações. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, tendo-se redigido e feito lavrar esta ata, a qual lida e achada conforme, foi devidamente aprovada pelos membros do Conselho de Administração. **6. Assinaturas:** Mesa: Presidente – Denis César Correia; Secretário – José Luis Pano. Conselheiros: Denis César Correia, Moisés Alves de Souza e José Luis Pano, érico Sodré Quirino Ferreira e Juan Pablo Garcia Agudo. São José dos Campos, 29 de julho de 2024. Ass.: **Mesa:** Denis César Correia – Presidente; José Luis Pano – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 300.167/24-6 em 09/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

DM Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 91.669.747/0001-92 – NIRE 35.300.613.414

Ata de Reunião do Conselho de Administração

1. Data, Local e Hora: realizada aos 29 de julho de 2024, às 09 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams. **2. Convocação e Presença:** dispensadas as formalidades para convocação em decorrência da presença da totalidade dos membros em exercício do Conselho de Administração ("Conselheiros"). Os Conselheiros participaram da reunião e votaram por meio de videoconferência, nos termos do Artigo 13, Parágrafo 2º, do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"). **3. Mesa:** os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Carlos Antonio Tamaki** e secretariados pelo Sr. **Denis César Correia**. **4. Ordem do Dia:** conforme disposto no Artigo 12, Parágrafo 4º, incisos "f", "g" e "h", do Estatuto Social da Companhia, deliberar sobre: (i) a inclusão da Companhia, que passa a integrar o conceito de "Cedente", conforme definido no "Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças." ("Contrato de Cessão"), no âmbito da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da DMCard Securitizadora S.A. (ii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos e quaisquer atos, celebrar quaisquer contratos e/ou instrumentos e seus eventuais aditamentos, necessários ou convenientes às deliberações acima. **5. Deliberação:** dando início aos trabalhos, os Conselheiros examinaram os itens constantes da ordem do dia e deliberaram o quanto segue, por unanimidade de votos: (i) Aprovar as matérias constantes da Ordem do Dia, aprovando a assunção das obrigações pela Companhia, conforme citado no item 4, acima, nos termos do respectivo Contrato de Cessão e quaisquer documentos formalizados com a finalidade de realizar a operação supracitada. (ii) Autorizar à Diretoria da Companhia para praticar todos e quaisquer atos, celebrar quaisquer contratos e/ou instrumentos e seus eventuais aditamentos, necessários ou convenientes às deliberações acima. **6. Lavratura:** Foi autorizada, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **8. Assinaturas:** Presidente: Carlos Antonio Tamaki, Secretário: Denis César Correia. Conselheiros: Carlos Antonio Tamaki, Denis César Correia e Moisés Alves de Sousa. São José dos Campos, 29 de julho de 2024. **Mesa: Carlos Antonio Tamaki** – Presidente; **Denis César Correia** – Secretário. Conselheiros: **Carlos Antonio Tamaki, Denis César Correia, Moisés Alves de Sousa.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 300.168/24-0 em 09/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Grupo Qual Holding S.A.

CNPJ/MF nº 44.891.365/0001-29 – NIRE 35.300.588.916

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Data, Hora e Local: Em 31.07.2024, às 11h, realizada na sede social da **Grupo Qual Holding S.A.** (a "Companhia") localizada na Avenida Regente Feijó, nº 944, 15º andar, Conjunto 1505-A, Vila Regente Feijó, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 03342-000. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de todos os acionistas da Companhia. **Deliberações:** Deliberaram por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas: Em **Assembleia Geral Ordinária:** (i) Aprovar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras e as notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31.12.2023; (ii) Destinar o resultado do exercício social encerrado em 31.12.2023; (iii) Reeleger os Diretores: **Roberto Arduini Gomes Teixeira** e **Sven Stefan Padre Kuhn**; e (iv) Ratificar que os Diretores não serão remunerados para o exercício do cargo, e em **Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Aprovar a subscrição das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal emitidas por **Grupo Capital Consig Holding S.A.** (C.N.P.J./M.F. nº 33.189.359/0001-08), as quais deverão ser integralizadas no prazo previsto no correspondente boletim de subscrição; e (ii) Autorizar os Diretores a praticarem todos os atos necessários para a formalização, efetivação e administração das deliberações acima mencionadas, ficando desde já ratificados todos os atos anteriormente praticados com esse fim. **Mesa:** Sr. **Roberto Arduini Gomes Teixeira** – Presidente; Sr. **Sven Stefan Padre Kuhn** – Secretário. **Acionistas Presentes:** **Roberto Arduini Gomes Teixeira** e **Sven Stefan Padre Kuhn**, Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 306.171/24-7, em sessão de 20/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Grupo Qual Holding S.A.

CNPJ/MF nº 44.891.365/0001-29 – NIRE 35.300.588.916

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Data, Hora e Local: Em 30.07.2024, às 09h, realizada na sede social da **Grupo Qual Holding S.A.** (a "Companhia") localizada na Avenida Regente Feijó, nº 944, 15º andar, Conjunto 1505-A, Vila Regente Feijó, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 03342-000. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de todos os acionistas da Companhia. **Deliberações:** Deliberaram por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas: Em **Assembleia Geral Ordinária:** (i) Aprovar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras e as notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31.12.2022; (ii) Ratificar a destinação do resultado do exercício social findo em 31.12.2022; (iii) Ratificar o mandato dos Diretores: **Roberto Arduini Gomes Teixeira** e **Sven Stefan Padre Kuhn** e (iii) Ratificar que os Diretores não serão remunerados para o exercício do cargo, e em **Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Ratificar a subscrição das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal emitidas por **Grupo Capital Consig Holding S.A.** (CNPJ/MF nº 33.189.359/0001-08), conforme emissão deliberada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31.05.2023; e (ii) Autorizar os Diretores a praticarem todos os atos necessários para a formalização, efetivação e administração das deliberações acima mencionadas, ficando desde já ratificados todos os atos anteriormente praticados com esse fim. **Mesa:** Sr. **Roberto Arduini Gomes Teixeira** – Presidente; Sr. **Sven Stefan Padre Kuhn** – Secretário. **Acionistas Presentes:** **Roberto Arduini Gomes Teixeira** e **Sven Stefan Padre Kuhn**, Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 306.440/24-6, em sessão de 19/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Grupo Capital Consig Holding S.A.

CNPJ/MF sob o nº 33.189.359/0001-08 – NIRE 35.300.533.887

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Data, Hora e Local: Em 30.07.2024, às 10h, realizada na sede social da **Grupo Capital Consig Holding S.A.** ("Companhia") localizada na Rua Serra de Japi, nº 1.526, 1º andar, Vila Gomes Cardim, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 03309-001. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de todos os acionistas da Companhia. **Deliberações:** Deliberaram por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas: Em **Assembleia Geral Ordinária:** (i) Aprovar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras e as notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31.12.2022; (ii) Ratificar a destinação do resultado do exercício social findo em 31.12.2022; (iii) Ratificar o mandato dos Diretores: **Roberto Arduini Gomes Teixeira** e **Sven Stefan Padre Kuhn** e (iii) Ratificar que os Diretores não serão remunerados para o exercício do cargo, e em **Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Ratificar todos os aumentos de capital social da Companhia aprovados nas Assembleias Gerais Extraordinárias desde sua constituição até a presente data; (ii) Ratificar a subscrição das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal emitidas por **Capital Consig Sociedade de Crédito Direto S.A.** (C.N.P.J./M.F. nº 40.083.667/0001-10), conforme emissão deliberada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31.05.2023; e (ii) Autorizar os Diretores a praticarem todos os atos necessários para a formalização, efetivação e administração das deliberações acima mencionadas, ficando desde já ratificados todos os atos anteriormente praticados com esse fim. **Mesa:** Sr. **Roberto Arduini Gomes Teixeira** – Presidente; Sr. **Sven Stefan Padre Kuhn** – Secretário. **Acionistas Presentes:** **Roberto Arduini Gomes Teixeira** e **Sven Stefan Padre Kuhn**, Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 306.170/24-3 em 20/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.

CNPJ/MF nº 30.498.377/0001-83 – NIRE 35.300.519.973

Ata de Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 07 de agosto de 2024.

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 07 de agosto de 2024, às 15h, por meio eletrônico e presencial, na sede da CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A. ("Companhia"), nos termos da IN/DREI nº 81/20, conforme alterada. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia ("Conselho"), nos termos do artigo 124, parágrafo 4º da Lei nº 6.404/76. **3. Mesa:** Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio, como Presidente e Daniel Corrêa de Miranda, como Secretário. **4. Ordem do Dia:** Analisar, discutir e aprovar: (i) Reeleição do Sr. Edésio Raimundo Sibrão, brasileiro, físico, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.365.826-1 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 120.304.428-36, com endereço comercial na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.779, 5º andar, cj 51, Jardim Paulista, São Paulo/SP, CEP 01452-914 ao cargo de Diretor Executivo, responsável pelo Departamento de Produção e Segurança da Informação, com mandato de 02 (dois) anos. O Diretor ora reeleito, declara para todos os fins e efeitos legais que segue atendendo às condições de elegibilidade previstas nos artigos 146, "caput", e 147 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, de que não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia, a fé pública ou a propriedade ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos, razão pela qual, toma posse neste ato, mediante a assinatura do respectivo termo de posse e declaração de desimpedimento, assinado como anexo à presente ata e arquivados na sede da Companhia. **5. Deliberações:** Após apresentar atualizações gerais sobre a Companhia, foi discutida a matéria da ordem do dia e apresentadas as informações gerais e relevantes sobre a matéria discutida, os membros presentes do Conselho de Administração, por unanimidade de votos, deliberaram pela aprovação de todos os pontos. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, da qual se lavrou a presente Ata que foi lida, achada conforme e aprovada por todos os conselheiros e assinada de forma eletrônica, nos termos do artigo 10, parágrafo 2º da Medida Provisória 2.200-1/01. (A presente Ata é cópia fiel do documento original lavrado em livro próprio) São Paulo, 07 de agosto de 2024. Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio; Edívar Vilela de Queiroz Filho; Daniel Mendonça Pareto; Luis Otávio Saliba Furtado; Marco Racy Kheirallah; Norberto Lanzara Giandrane Junior; Vivian Yu Wai Yiu; Daniel Corrêa de Miranda Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 307.800/24-6 em 21/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Sustentare Saneamento S.A.

CNPJ/MF nº 17.851.447/0001-77 – NIRE 35.300.451.732

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20/05/2024

Data – Local – Hora: 20/05/2024, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Eng. Antônio Jovino, nº 220, 6º andar, cj 64, São Paulo, SP, CEP 05727-200. **Convocação:** Dispensadas as formalidades legais de convocação, conforme o disposto no artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15.12.76 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia. **Presença:** Presente a totalidade dos acionistas da Companhia. **Mesa:** Presidente: Adilson Alves Martins. Secretário: Marcelo Duarte de Oliveira. **Ordem do Dia:** (i) a distribuição de dividendos, no valor de R\$ 14.833.333,00 (quatorze milhões, oitocentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais); **Deliberações:** Os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos, (i) aprovar, conforme faculta o Parágrafo Único da Cláusula 22 do Estatuto Social, a distribuição de dividendos no valor total de R\$ 14.833.333,00 (quatorze milhões, oitocentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais), utilizando parte dos lucros acumulados de exercícios anteriores, de acordo com o balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2023, a serem pagos aos acionistas até 30 de maio de 2024. **Quorum das Deliberações:** As deliberações foram tomadas pela unanimidade dos acionistas presentes. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 20 de maio de 2024. **Assinaturas:** Presidente: Adilson Alves Martins. Secretário: Marcelo Duarte de Oliveira. **Acionistas:** Alvor Participações Ltda. e Adilson Alves Martins. **Presidente:** Adilson Alves Martins; **Secretário:** Marcelo Duarte de Oliveira. **Acionistas:** **Alvor Participações Ltda.,** Adilson Alves Martins, Cargo: Administrador; **Adilson Alves Martins,** Adilson Alves Martins. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 287.245/24-0 em 29/07/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Athena Healthcare Holding S.A.

CNPJ/MF nº 26.753.292/0001-27 – NIRE 35.300.499.514

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

a ser realizada em 02 de setembro de 2024

A Diretoria da **Athena Healthcare Holding S.A.** ("Companhia") vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), convocar os senhores Acionistas da Companhia, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, em 02 de setembro, às 15h00, de modo exclusivamente digital, por meio do aplicativo de videoconferência **Google Meet**, conforme autorizado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10 de junho de 2020, conforme alterada ("IN/DREI 81"), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) a renúncia de membros da Diretoria da Companhia; (ii) a eleição de membros para compor a Diretoria da Companhia; (iii) a ratificação e ratificação da data de entrada de Diretores da Companhia; (iv) a consignação da atual composição da Diretoria da Companhia; e (v) a autorização para administração da Companhia praticar todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas nos **itens (i) a (iv)** acima. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados do Departamento de Relacionamento com Investidores – **ri@athenasaude.com.br**, com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º da Lei nº 10.406/2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. São Paulo/SP, 24 de agosto de 2024. **Fabio Minamisawa Hirota** – Diretor Presidente (24, 27 e 28/08/2024)

Companhia Imobiliária Ibitirama

CNPJ/MF nº 61.376.737/0001-06 – NIRE 35.300.037.154

Edital de Convocação

Ficam convidados os senhores acionistas a reunirem-se em Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária, na sede social da companhia, na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Libero Badaró, 293, 21º andar, conjunto C, sala 24, Centro, CEP 01009-907, às 10:00 horas do dia 05 de setembro de 2024, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Assembleia Geral Extraordinária:** **i)** discussão e votação para alienação das ações da Companhia Imobiliária Ibitirama; **ii)** alteração do Estatuto Social para: a) incluir artigo sobre a transformação do tipo societário da companhia e seu respectivo quórum; b) alterar o Capítulo IV – Administração Social para redução do número de membros da diretoria para um único diretor e por consequência a adequação dos demais artigos do estatuto social; e, c) Consolidação do Estatuto Social. **Assembleia Geral Ordinária:** **i)** eleição dos membros da Diretoria para o próximo mandato; e, **ii)** fixação da remuneração da Diretoria. (27, 28 e 29/08/2024)

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/08/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

